

Opções dos economistas dos presidencialistas para evitar a hiperinflação

por Fernando Canzian
de São Paulo

"O governo deve acirrar a fiscalização sobre o mercado financeiro para evitar que a especulação conduza o Brasil às mesmas dificuldades que a Argentina está enfrentando." A opinião é do economista Julio Sergio de Almeida, do PMDB, que deve falar sobre esse assunto hoje, quando o Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo se reúne para apresentar a Carta de Conjuntura Econômica do mês de junho.

Almeida avalia que o momento econômico atual está muito favorável à ação dos especuladores do mercado financeiro. Isso poderia, em maior escala, levar o País a uma situação de fuga de capital e à crise cambial. "O governo tem de reforçar a ilegalidade do mercado paralelo do dólar, acirrar seus sistemas de controle sobre as remessas de lucros e dividendos das empresas e evitar a qualquer custo o subfaturamento das exportações", diz.

Embora reconheça que a reindexação da economia possa conter em parte as especulações no mercado financeiro, Almeida teme que isso não seja possível com uma inflação muito elevada. "Todos temem que com uma situação de hiperinflação, toda a riqueza vire pó da noite para o dia", avalia. "Não se pode permitir que a especulação transforme esse temor em pânico, como ocorreu na Argentina."

Outro autor da Carta de Conjuntura do mês de junho, que reúne os economistas dos partidos políticos no páreo para as eleições presidenciais deste ano, é o deputado federal César Maia, ex-secretário da Fazenda no Rio e atual assessor econômico do candidato do PDT, Leonel Brizola.

Maia deve centrar sua análise nos atuais problemas de arrecadação fiscal no Brasil e do crescimento da dívida pública.

Segundo o deputado, a crise fiscal atinge neste momento sua pior fase na história econômica brasi-



César Maia

leira. Ele cita alguns dos principais pontos que levaram à crise: a não atualização do Imposto de Renda a pagar; ampliação da evasão fiscal; desorganização da Receita Federal, em que o Imposto sobre Obrigações Financeiras e a contribuição do açúcar e do álcool não são fiscalizados e a não atualização do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"A crise monetário-financeira combina a ausência de disciplina monetária com a desorganização das finanças públicas", diz César. "A dívida pública interna caminha para o encilhamento, sem que o governo ofereça alternativas de equacionamento." Na sua opinião, o melhor a fazer neste momento seria elaborar um projeto como se o governo fosse sair amanhã.

A política fiscal viria no sentido de se criar um superávit primário — conceito que desconta a correção monetária, cambial e o efeito financeiro sobre as contas públicas — em torno de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), orientado a zerar o déficit operacional (que exclui a correção monetária e cambial) com a antecipação de tributos, suspensão dos incentivos e subsídios e administração das despesas.

Outro ponto a ser atacado no projeto, segundo o deputado, seria a evasão das divisas do País, cujo valor "atinge quase US\$ 1 bilhão por mês", completou.